



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

22/08/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Líder em saneamento privado tem embates sobre tarifas e serviços

Maior vencedora dos leilões de saneamento básico realizados no país nos últimos anos, a Aegea enfrenta hoje questionamentos sobre as tarifas praticadas por concessões mais antigas de prestação de serviços de água e esgoto.

Em Campo Grande, a questão foi parar na Justiça, que concedeu liminar à concessionária Águas de Guariroba forçando a agência reguladora local a avaliar cinco pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro da concessão por alegadas perdas com decisões tomadas pelo poder concedente.

Em Manaus, CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) aberta para investigar a qualidade dos serviços da Águas de Manaus culminou com acordo para reduzir tarifas da empresa, também questionadas por consumidores.

São duas das concessões de água e esgoto mais antigas do Brasil — a de Manaus foi assinada em 2000, mas adquirida pela Aegea em 2018, e a de Campo Grande, em 2001. Para especialistas, podem servir de alerta para municípios que começam agora a privatizar o setor.

Em Campo Grande, a Águas de Guariroba obteve no início do mês liminar obrigando a agência reguladora municipal a avaliar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O pedido diz que a agência é omissa ao desconsiderar o prazo de 30 dias para avaliar os pleitos.

No dia 10, a Agereg (Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos) determinou que a concessionária torne públicos alguns detalhes de suas finanças, como juros cobrados por atraso em tarifas, em uma tentativa de barrar novos aumentos.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 22 de agosto.

Sindnapi apoia projeto de lei do adicional na aposentadoria

O Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi) apoia o Projeto de Lei (PL) 1.468/2023, do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), que institui um adicional ao valor da aposentadoria do INSS a cada cinco anos.

Para Milton Baptista de Souza, o Milton Cavalo, presidente do Sindicato, a proposta pode corrigir distorção que prejudica há muito tempo os aposentados que ganham acima do salário mínimo. "As aposentadorias tiveram reajuste menor que o salário mínimo em 12 dos últimos 15 anos. Enquanto o mínimo teve aumento de 121,7%, os benefícios do INSS foram corrigidos em 91,05%, uma diferença de 30,65 pontos percentuais".

Aprovado na semana passada na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados, o texto altera a Lei de Benefícios da Previdência Social. Ele cria o adicional de aposentadoria de 5% ao segurado a cada cinco anos de aposentadoria, tendo como base o mês anterior. O aumento seria concedido também ao pensionista.

O presidente do Sindnapi entende que o PL 1468/23 pode minimizar a distorção de valores, reduzindo as perdas. "Se a lei já existisse, nos últimos 15 anos teria havido a reposição de três vezes os 5% propostos, diminuindo a defasagem pela metade," afirma Cavalo. Ele pretende falar com os deputados para defender a aprovação do projeto.

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 22 de agosto.

Haddad diz que Reforma Tributária será promulgada neste ano

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta terça-feira, no primeiro dia da cúpula dos Brics, que o texto da reforma tributária será promulgado ainda neste ano.

"A partir de um amplo acordo com governadores, com a Câmara dos Deputados, com o Senado Federal, foi possível fazer o primeiro teste do novo sistema tributário, que agora se encontra no Senado para a finalização do texto que será promulgado ainda este ano", disse ele.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 22 de agosto.

Metade dos consumidores com nome sujo não consegue sair do negativo, diz pesquisa

Metade dos consumidores com nome sujo não consegue sair do cadastro negativo, aponta pesquisa Quaest.

De acordo com o levantamento, 56% dos brasileiros já foram incluídos no SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) e na Serasa, e 51% afirmaram que não limpam os nomes.

O instituto entrevistou presencialmente 2.029 pessoas com 16 anos ou mais de 10 a 14 de agosto, em levantamento com margem de erro de 2,2 pontos percentuais, para mais ou para menos.

Segundo a pesquisa, a maior concentração de consumidores que já tiveram o nome sujo ganha até dois salários mínimos (58%) e de dois a cinco salários (58%). O percentual de quem ganha acima de cinco salários também é alto (50%).

Entre aqueles que ainda têm pendências financeiras, 66% afirmaram ter muitas dívidas, 72% disseram enfrentar dificuldades para pagá-las.

A consultora financeira Renata Cavalheiro explica que existem vários fatores para o número de inadimplentes no Brasil.

"Nos últimos anos tivemos uma alta na taxa básica de juros [Selic] e a escalada da inflação, conseqüentemente, o encarecimento de produtos, serviços e do crédito", diz Cavalheiro.

"Ficaram mais caras para as famílias as idas ao mercado e aumentou a necessidade da utilização de limites de cartões de crédito, que, por sua vez, estão com os juros mais altos, o que ocasionou uma queda assustadora no seu poder de compra e um círculo vicioso", afirma a consultora.

De acordo com os dados levantados pela Quaest, o cartão de crédito é a maior causa de endividamento dos brasileiros que ganham mais de cinco salários mínimos (37%), para quem ganha entre dois e cinco (35%) e para os que ganham até dois salários (31%).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 22 de agosto.

Aneel propõe redução de até 37% no valor da taxa extra da conta de luz

A diretoria da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) analisará nesta terça-feira (22) proposta de consulta pública para reduzir o valor das taxas extras cobradas na conta de luz para bancar o uso de usinas térmicas.

As chamadas bandeiras tarifárias, porém, não devem ser acionadas este ano, diante do elevado nível dos reservatórios das hidrelétricas. Desde abril de 2022, está vigente a bandeira verde, que não representa cobrança adicional.

A proposta é feita cerca de dois anos depois da criação de uma bandeira extra para enfrentar a crise hídrica de 2021, uma das maiores que o país já viveu. Na época, a Aneel passou a cobrar mais R\$ 14,20 por cada 100 kWh (quilowatts-hora) consumidos.

A ideia da área técnica da Aneel agora é reduzir a bandeira amarela em 36,9%, de R\$ 2,98 para R\$ 1,98 por 100 kWh. A bandeira vermelha pode cair 31,3%, de R\$ 6,50 para R\$ 4,46 por 100 kWh. Já a vermelha nível 2, para secas mais severas, cairia 18,6%, de R\$ 9,79 para R\$ 7,87.

Segundo a nota técnica que embasa a proposta, a redução reflete a queda dos custos dos combustíveis das térmicas, o crescimento da oferta de energia hidráulica, e a suspensão de alguns contratos de térmicas emergenciais fechados durante a crise hídrica.

Vermelha nível 2

Quanto é hoje: R\$ 9,79*

Quanto ficaria: R\$ 7,87*

-18,16%

Vermelha

Quanto é hoje: R\$ 6,50*

Quanto ficaria: R\$ 4,46*

-31,3%

Amarela

Quanto é hoje: R\$ 2,98*

Quanto ficaria: R\$ 1,98*

-36,9%

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 22 de agosto.